Nota Técnica Conjunta nº 01/2017/DIR 1-SAB-SBQ-SFI-SRP-SCM

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

**Assunto**: **Fortalecimento do controle institucional sobre o metanol, em sua relação com as movimentações de produtos regulados do d*ownstream.***

## Introdução

A presente Nota Técnica visa buscar entendimento das UORGs do d*ownstream* da ANP quanto ao fortalecimento do controle institucional sobre o metanol, com foco na análise de seu enquadramento como solvente, considerando a realidade do mercado e os normativos vigentes.

## Motivação:

Por orientação da Diretoria I, foi iniciada uma série de discussões internas ao d*ownstream,* com o objetivo de classificar o metanol como solvente de forma a permitir que a ANP passe a regular as etapas de produção, importação/exportação, armazenamento em terminais, armazenamento em bases e distribuição desse produto, assim como acompanhar a sua movimentação (SIMP) e possuir respaldo legal para aplicação da regulamentação vigente (ANP e Lei das Penalidades). Essas medidas visam prevenir as adulterações de combustíveis por adição de metanol, potencial adulterante tanto do etanol hidratado quanto da gasolina C (mistura de gasolina A e etanol anidro).

## Respaldo Legal:

A Lei nº 12.490, 16/09/11, que alterou a Lei nº 9.847, de 26/10/99, conferiu atribuição legal para a ANP regular os produtos que possam ser usados, direta ou indiretamente, para adulterar ou alterar a qualidade de combustíveis.

Lei nº 12.490, 16/09/11

“Art. 3º  Os arts. 1º, 2º e 3º da Lei no 9.847, de 26 de outubro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

[“Art. 1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9847.htm#art1.)  A fiscalização das atividades relativas às indústrias do petróleo e dos biocombustíveis e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, será realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ou, mediante convênios por ela celebrados, por órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[§ 3º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9847.htm#art1õ3) A regulação e a fiscalização por parte da ANP abrangem também as atividades de produção, armazenagem, estocagem, comercialização, distribuição, revenda, importação e exportação de produtos que possam ser usados, direta ou indiretamente, para adulterar ou alterar a qualidade de combustíveis, aplicando-se as sanções administrativas previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais de natureza civil e penal cabíveis.”

Nesse contexto, a ANP possui atribuição legal para regular o metanol por possuir poder adulterante da gasolina.

**4. Da SRP**

Manifestou-se nos seguintes termos:

“1. Entendemos que, considerando a toxicidade, preço, risco de adulteração de combustíveis, o metanol deve ter acompanhamento por parte da ANP;

2. Que tendo em vista o inciso I do artigo 7, o metanol estaria dentro das atribuições da ANP, tendo em vista que afeta a qualidade dos produtos, prejudicando os consumidores;

"I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;"

3. Sendo o metanol regulado pela ANP (classificado como solvente) a SRP atuaria na autorização da atividade de produção de solvente, de acordo com a Portaria nº 318, de 27/12/2001. Porém, atualmente, isso não geraria um impacto muito significativo, visto que a produção de metanol nacional está cada vez mais reduzida. Praticamente todo metanol utilizado é importado e só existem dois produtores nacionais, no momento, com atividades paralisadas.

4. Para a classificação do metanol como solvente, há a necessidade de reformulação da definição uma vez que a própria Nota Técnica, mais a frente, deixa claro que o metanol é obtido a partir de reação química, tendo o metano como matéria prima, não podendo ser considerado um derivado de frações resultantes do processamento de petróleo, frações de refinarias e de indústrias petroquímicas.

Portaria nº 318, de 27/12/2001 (redação atual)

“Art. 2º

I - solvente: **produto líquido derivado de frações resultantes do processamento de petróleo, frações de refinarias e de indústrias petroquímicas**, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puro ou em mistura, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25°C e ponto final inferior a 280°C, com exceção de qualquer tipo de gasolina, GLP, querosene ou diesel especificados pela ANP;”

## 5. Da SBQ:

No que diz respeito à SBQ, deve ser ressaltado que o metanol tem uma de suas principais aplicações como solvente para produtos orgânicos, lacas, componentes para tintas e vernizes e pode ser produzido, entre outras rotas, a partir das indicadas a seguir, segundo as reações simplificadas:

1) CH4  + 1/2 O2 CH3OH (oxidação direta do metano)

2) CH4 + H2O CO + 3 H2

CO + 2 H2 CH3OH (a partir do gás de síntese)

Cabe reforçar que a Resolução ANP nº 3/2011 instituiu o Programa de Marcação Compulsória de Produtos em todo o território nacional e regulamentou os termos e condições dispostos no § 4º do art. *5*º da Lei nº 10.336, de 2001, que determina a identificação mediante marcação dos hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou óleo diesel. O escopo da definição de solventes dada pela referida Resolução restringe-se àqueles produtos exclusivamente compostos de Carbono (C) e Hidrogênio (H), sem, contudo, ser conflitante com a definição dada pelos demais atos normativos da ANP, em que a definição de solventes é mais abrangente, abarcando não somente os hidrocarbonetos, mas também outros compostos, como o metanol.

Assim sendo, a referida Resolução ANP nº 3/2011 trata do Programa de Marcação Compulsória de Produtos no contexto da regulamentação da Lei 10.336/2001 para fins de recolhimento da Cide e prevenção da adulteração da gasolina, não sendo conflitante, nem limitando a definição de solventes posta pelos demais atos normativos da ANP.

Em relação à marcação de solventes, o metanol prescinde da mesma, pois é possível detectá-lo, sem qualquer aditivo, por cromatografia, em função da hidroxila presente, motivo pelo qual não se encontra na definição de solventes da Resolução ANP nº 3/2011. A análise de presença de metanol já é prevista nos contratos do Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC) pela norma ABNT NBR 16041 - Etanol combustível - Determinação dos teores de metanol e etanol por cromatografia gasosa. Portanto, a marcação do produto, nesse contexto, é absolutamente desnecessária, do ponto de vista técnico. Ademais, do ponto de vista normativo, considerando o foco da Resolução ANP nº 3/2011 – os hidrocarbonetos – é possível concluir pelo enquadramento do metanol como solvente, mas não como Produto de Marcação Compulsória – PMC.

## 6. Da SAB:

A consolidação do entendimento do metanol como solvente terá impacto em três áres da SAB: autorizações, movimentações e importações.

Para o setor de autorizações: É um novo mercado, dessa forma, a SAB desconhece a quantidade de agentes que comercializam metanol e que deverão ser autorizados como distribuidores de solventes. Até o momento poucos agentes procuraram ser autorizados como distribuidores de solventes a fim de comercializar metanol.

Para o setor de movimentações: Atualmente, os distribuidores de solventes já declaram as movimentações de metanol. Com o entendimento institucional de que o metanol deve ser tratado como solvente, o setor de movimentações terá mais força para cobrar e auditar os dados declarados, melhorando a qualidade dos dados disponíveis para a agência.

Em relação à sistemática de quotas para solventes, hoje o metanol não faz parte dos produtos que estão sob esse tipo de controle. A Portaria ANP nº 63/99 e a Resolução ANP nº 48/10 estabelecem a obrigação, por parte da ANP, de homologar as quotas referentes às aquisições de solventes feitas pelos Distribuidores junto aos produtores nacionais e pelos Consumidores Industriais diretamente das fontes produtoras nacionais, refinarias e petroquímicas.

Cabe mencionar, que nos últimos anos os agentes regulados adquirem a maior parte do metanol via importações, sendo o restante adquirido da Metanor, que, até a presente data, não é agente regulado pela ANP.

Dessa forma, o metanol decorrente de produção nacional deverá sem inserido na sistemática de cotas, após a autorização do produtor nacional, por meio de revisão da Portaria ANP nº 63/99, da Resolução ANP nº 48/10 e da Portaria ANP nº 72/98

Caso haja produção nacional de metanol, os consumidores desse produto (grande número de agentes) deverão ser cadastrados como consumidores industriais, para que possam adquirir diretamente do produtor.

Recomendamos a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de revisar a Resolução ANP nº 48/2010, tendo como foco os mecanismos de controle estejam centrados no acompanhamento da movimentação, eliminando procedimentos meramente burocráticos e aumentando a eficiência de nossas ações.

Para o setor de importações: A ANP atua como órgão anuente nas importações de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados, bem como de biocombustíveis. No total, a ANP é responsável pelas anuências em 83 subitens da NCM[[1]](#footnote-1), dentre os quais a NCM 2905.11.00, referente ao metanol.

Os analistas da ANP realizam varredura diária no SISCOMEX em busca das licenças de importação de sua competência. É realizada a análise das informações prestadas na Licença de Importação – LI – com os dados disponíveis nos sistemas de registro dos procedimentos prévios do órgão (autorização, cadastro – SIMP – e registro de produto – RGP) e é avaliada a necessidade de informações complementares, que podem ser incluídas por meio do registro de LI substitutiva ou enviadas por e-mail. Essas exigências são feitas no sistema.

A análise da LI é diferenciada de acordo com o tipo de produto. Para o caso do metanol, primeiramente é verificada a quantidade importada e avaliado, de modo discricionário e levando em conta o histórico, se o volume é considerável ou não. Para grandes quantidades (acima de 100 kg), verifica-se se o importador cumpriu os procedimentos prévios necessários e se o respectivo cadastro, autorização e registro estão válidos. Posteriormente, é avaliada a destinação do produto. Se necessário, a LI é, então, colocada em exigência. Nos casos de inexistência de exigência ou de atendimento pleno de uma exigência colocada, a LI é deferida..

O indeferimento das LI’s representa parcela insignificante dos casos. A LI só é indeferida em caso de vício insanável (ex.: classificação fiscal incorreta) ou se o importador registrar LI nova igual a LI anterior em exigência, ao invés de cumprir a exigência solicitada, o que é verificado por meio da comparação do conteúdo da substitutiva em relação à original. Nos demais casos em que há pendências ou inconsistências, a LI é colocada em exigência.

#### 6.1 Impacto da Consideração do Metanol como Solvente na Atividade de Anuência

Os procedimentos de análise dos pedidos de licença de importação de metanol, sob a NCM 2905.1100, são realizados em consonância com os procedimentos da Portaria ANP nº 312/2001, que estabelece a regulamentação para a importação de solventes. Desse modo, o procedimento de anuência das importações segue as regras e os ritos dessa Portaria.

A pacificação do entendimento, na ANP, de que o metanol é considerado um solvente, não gera impactos nas atividades de rotina da Coordenação de Comércio Exterior da Superintendência de Abastecimento, visto que os pedidos de licença de importação de metanol já são analisados com base nesse entendimento. Adicionalmente, a formalização conceitual beneficia a atividade de anuência por fornecer respaldo ao trabalho realizado.

## 7. Da SFI:

É de conhecimento amplo que o metanol vem, já há algum tempo, atingindo baixos patamares de preço no mercado mundial, influenciando internamente o mercado nacional de importação e distribuição com o aumento considerável do volume de comercialização desse álcool no país. Atenta à redução de preços e ao aumento do volume de circulação do metanol no mercado interno, a SFI vem intensificando o monitoramento e a realização de ações de fiscalização do mercado no sentindo de coibir a adulteração de gasolina C e etanol hidratado.

Como sabido, no final de 2016, a SFI realizou uma das maiores ações de fiscalização, focadas em metanol, onde foi detectada a comercialização indiscriminada de, até o momento, 19.376.971 litros de etanol hidratado combustível adulterado com metanol. No total, foram autuadas 15 revendadas de combustíveis líquidos, 14 distribuidoras, 1 terminal e 1 usina de etanol.

Não obstante o cenário apresentado, a utilização do metanol como combustível é duramente criticada, pois essa substância polui o meio ambiente, é extremamente tóxica e, em caso de incêndio, sua chama é limpa e clara, praticamente invisível, fato que dificulta o controle do fogo. Outro problema relevante é com relação à saúde, visto que o contato frequente com o metanol pode causar irritação nos olhos, dor de cabeça, náusea, vômito, cegueira, câncer, coma e até a morte, conforme já pontuado pela SBQ em outras ocasiões[[2]](#footnote-2).

Considerando a toxicidade do produto, os riscos à saúde humana e à segurança pública e privada, quando armazenado e movimentado sem as devidas precauções, a SFI entende que seja irrefutável a inclusão clara de metanol na definição de solvente e o aprimoramento dos atos normativos editados por esta Agência no intuito de tornar mais efetivo o controle do metanol no mercado nacional. Em face do exposto, sugerimos atenção especial, num primeiro momento, com os seguintes atos:

**- Resolução ANP nº 24, de 6 de setembro de 2006;**

*Definir regras de comercialização para de metanol - em anexo minuta de Resolução ANP que altera RANP nº 24/2006.*

**- Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010; e**

*Para a comercialização de metanol, cadastro dos consumidores industrial e industrial de solvente – em anexo, minuta de Resolução que minuta de Resolução ANP que altera RANP nº 48/2010 .*

**- Portaria ANP nº 312, de 27 de dezembro de 2001;**

*Excluir a dispensa de autorização de importação para determinados agentes econômicos - minuta de Resolução ANP que altera PANP nº 312/2001.*

Adicionalmente, é relevante a criação de Grupo de Trabalho onde seja discutido o impacto de tais alterações nos seguintes regulamentos:

- Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998;

- Portaria ANP nº 63, de 8 de abril de 1999;

- Portaria ANP nº 170, de 20 de outubro 1999;

- Portaria ANP nº 171, de 20 de outubro de 1999;

- Portaria ANP nº 318, 31 de agosto de 2004;

- Resolução ANP nº 51, de 15 de dezembro de 2010;

- Resolução ANP nº 3, de 19 de janeiro de 2011;

- Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011; e

- Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015.

## 8. Da SCM

Apresentou suas considerações no Memorando nº 105/SCM, nos seguintes termos:

“(...)

2. Informamos que até a presente data os tanques dedicados a metanol não são autorizados por não ser esse um produto regulado pela Agência. Só há outorga de autorização para tanques nos casos em que a empresa também solicita para essas instalações a movimentação/armazenagem de outros combustíveis ou produtos regulados pela ANP, caso em que tais instalações são autorizadas para movimentação/armazenagem de classes de produtos, conforme Norma ABNT NBR 17505.

3. Caso o metanol venha a ser regulado, além das informações já prestadas e já constantes da minuta de Nota Técnica encaminhada, destacamos que será necessária a regularização de uma série de instalações, nos termos da Resolução ANP nº 52/2015. A título de exemplo, será necessária a outorga de autorizações às instalações de metanol da Cattalini Terminais Marítimos, em Paranaguá/PR, que hoje possui significativa armazenagem e movimentação do metanol.

(...)

Resolução ANP nº 52/2015

“Art. 1º Fica estabelecida a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP.”

Posteriormente, por meio de correspondências eletrônicas, a SCM apresentou considerações adicionais acerca da regulação do metanol, especialmente relacionadas ao alcance da regulação de sua cadeia de que trata a Lei nº 9.847/1999.

Na opinião da área, é importante que o foco na regulação do metanol se dê no controle das informações acerca da movimentação do produto, em especial nos pontos ou instalações em que ele possa ser desviado para a adulteração, tendo em vista que:

1. a motivação principal do estudo em tela é a questão da adulteração do etanol e da gasolina C (além da adulteração, o metanol possui interface com atividades reguladas na ANP quando é matéria-prima na produção de biodiesel); e
2. o metanol não é derivado de petróleo, como os solventes hidrocarbônicos, sendo que tal fator, aliado ao disposto na Lei 9478/1997 (Lei do Petróleo, alterada pelas Leis dos Biocombustíveis), na Lei 9847/99 (Lei das Penalidades) e Lei 11909/2009 (Lei do Gás) não confere à ANP competência para regulação da cadeia, como ocorre para diesel, gasolina, gás natural, dentre outros produtos efetivamente submetidos à égide regulatória da Agência, para os quais regulamos a exploração, produção, refino/processamento, transporte/transferência, distribuição e revenda.

A SCM defende que a regulação de que trata os §§ 3° e 4° do art. 1° da Lei 9874/1997 se refere àquela necessária para coibir ou evitar adulteração dos produtos regulados pela ANP, conforme, principalmente, Lei 9.478/1997, lei que instituiu a Agência e que desenhou o arcabouço regulatório, primário e infraconstitucional para o petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

Por exemplo, seria necessária a regulação da estocagem e movimentação de um terminal que movimente metanol para fins de coibir a adulteração do etanol (produto efetivamente regulado pela ANP, com base na Lei 9.478/1997). No entanto, não faria sentido regular o acesso de terceiros interessados em contratar a capacidade em um terminal de metanol, ou classificar um duto de metanol como de transferência ou transporte ou ainda arbitrar um conflito entre duas empresas, nos termos do Capítulo VII da Lei 9478/1997.

Na nossa visão, tal entendimento contribuiria para a construção de uma regulamentação mais eficiente para coibir a adulteração e estaria aderente ao disposto na Lei 9847/1999, na qual o §2°reforça o alcance da regulação de que trata o §1° do seu artigo 1º, assim como o § 4° reforça o disposto no §3° do mesmo artigo.

Dessa forma, a SCM entende que as instalações de movimentação e armazenamento (terminais e dutos) de metanol não são passíveis de serem autorizadas, mas registradas, sendo dessa forma reguladas no alcance necessário e possível para coibir a adulteração, no caso, de etanol e gasolina. Assim, sugerimos a edição de uma Resolução específica para registro de dutos e terminais de metanol.

“Resolução ANP nº XXX, de XX/XX/2017

Estabelece o registro de terminais e dutos de movimentação e armazenamento de metanol.

Considerando a necessidade de obtenção de informações referentes à movimentação e armazenamento de metanol de forma a permitir à ANP o acompanhamento desse produto para fins de combate à adulteração de combustíveis;

Considerando a competência da ANP para regular os produtos utilizados para a adulteração de combustíveis, delimitada pelos parágrafos 3º e 4º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999;

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o registro obrigatório dos dutos e terminais que movimentem metanol, o qual deverá ser obtido nos seguintes casos:

I - operação de novas instalações de movimentação ou armazenamento de metanol;

II - alteração da capacidade de instalações existentes que movimentem ou armazenem metanol;

III – quando ocorrer adaptação, conversão, alteração, reclassificação, regularização ou reativação de instalações existentes que operem ou passem a operar com metanol.

Parágrafo Único: instalações para movimentação e armazenamento exclusivo de metanol em terminais e dutos não estão sujeitas a autorização de construção e operação.

Art. 2º Para obtenção do registro, a empresa deverá encaminhar à ANP:

I - memorial descritivo das instalações, do serviço envolvido, do processo, das capacidades de movimentação e de armazenagem, incluindo dimensões de tanques de armazenagem e dos dutos de movimentação;

II - planta geral de locação, contendo a disposição dos equipamentos, edificações, divisas, arruamentos, instalações de recebimento e entrega de produtos (modais aquaviário, dutoviário, ferroviário e rodoviário), bem como as respectivas cotas, que deverá guardar coerência com o memorial descritivo apresentado para atendimento ao inciso I do presente artigo.

III - cadastro dos dados básicos da instalação, preenchido por meio do sistema disponível no sitio eletrônico [http://www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br/), cujas informações deverão guardar coerência com o memorial descritivo e a planta geral apresentadas para atendimento aos incisos I e II do presente artigo.

IV – Licença de operação do empreendimento expedida pelo órgão ambiental competente;

V - cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, com as respectivas alterações sociais;

VI - comprovante de eleição dos administradores ou diretores, nos casos em que estes não estejam expressamente designados no ato constitutivo;

VII - comprovação de inscrição nas Fazendas Federal e Estadual da matriz e da(s) filial(is) envolvidas na movimentação ou armazenamento de metanol.

Art. 3º A desativação temporária ou permanente de instalações que movimentem ou armazenem metanol deverá ser comunicada a ANP para fins de atualização cadastral.

Art. 4º As empresas operadoras de dutos e terminais de metanol já estabelecidas deverão encaminhar as informações solicitadas nos artigos 2º e 3º para fins de registro em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação desta resolução.

Art. 5º As infrações ao disposto nesta Resolução serão puníveis de acordo com as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETOR-GERAL”

Por fim, para contribuir com o debate produtivo, a SCM acredita ser interessante que a questão técnico-jurídica ora suscitada seja objeto de consulta à Procuradoria-Geral Federal junto à ANP, isoladamente ou no âmbito da presente Nota Técnica.

**9. Da proposição:**

Adotar a seguinte definição de solventes, de forma a incluir o metanol, nas regulamentações da ANP, passando a regular formalmente esse produto nas etapas de produção, importação/exportação, armazenamento em terminais, armazenamento em bases, distribuição e movimentação de produtos:

"solventes: a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, ou com potencial adulterante de combustíveis líquidos, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou b) metanol."

Inicialmente foi identificada a necessidade de alteração das seguintes regulamentações:

1) Resolução ANP nº 24/2006 (distribuição de solventes)

“Art 2º (..) IV – solventes: a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou b) metanol."

2) Resolução ANP nº 318/2001 (produção de solventes)

“Art. 2º Para os fins desta Portaria são consideradas as seguintes definições:

I - solventes: a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou b) metanol;

II - produtor primário de solventes: pessoa jurídica que produz solventes a partir do fracionamento de petróleo, condensados, gás natural ou carvão, como refinarias e central de matérias-primas petroquímicas;

III - produtor secundário de solventes: a) pessoa jurídica que utiliza solventes ou naftas como matéria-prima para obtenção de outros solventes por meio de fracionamento; ou b) pessoa jurídica que produz metanol; e”

3) Portaria ANP nº 312/2001 (importação de solventes)

“

Parágrafo único. Considera-se, para os fins desta Portaria, solventes: a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou b) metanol."”

4) Portaria ANP nº 171/1999 (anuência para importação de solventes - redação atual)

“Art. 1º. Fica sujeita à anuência prévia da ANP a importação dos seguintes produtos:

(...)

IV – metanol” (Incluir)

5) Portaria ANP nº 170, de 20 de outubro 1999 (importação de biodiesel e produtos provenientes da indústria petroquímica).

Retirar o metanol dessa Portaria pois será incluído na Portaria ANP nº 171/1999 que trata da anuência para importação de solventes.

6) Resolução ANP nº 52/2015 (instalações de movimentação);

“Art. 1º Fica estabelecida a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis, metanol e demais produtos regulados pela ANP.

7) Resolução ANP nº 51, de 15 de dezembro de 2010 (importação e/ou exportação de petróleo, gás natural e seus derivados e biodiesel).

“Art. 1º As pessoas jurídicas que desejam exercer as atividades de importação e/ou exportação de petróleo, seus derivados, metanol e biodiesel deverão solicitar autorização à ANP para o exercício da atividade, observando os requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação específica da ANP.”

8) Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010 (consumidor industrial de solventes)

“Art. 2º (...)

VII - solventes: a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou b) metanol."

9) Portaria nº 63/99 (fornecimento de solvente por produtores);

“Art. 1º

(...)

§ 1º. Compreende-se como produtor de solventes, pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de produção de solventes como produtor primário, que produz solventes a partir do fracionamento de petróleo, condensados, gás natural ou carvão, ou produtor secundário, que utiliza solventes ou naftas como matéria-prima para obtenção de outros solventes por meio do fracionamento ou mistura mecânica.

10) Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998;

Julga-se não ser necessária a sua alteração pois os produtores de solventes devem encaminhar os dados de produção e comercialização por meio do DPMP, nos termos da Resolução ANP nº 17/2004.”

11) Resolução ANP nº 17, de 31 de agosto de 2004 (DPMP)

“Art. 1º Os agentes a seguir relacionados ficam obrigados a enviar à ANP informações mensais sobre as suas atividades, em conformidade com o disposto nesta Resolução:

(...)

VIII – produtor de solventes” (Incluir)

12) Nova Resolução sugerida pela SCM a fim de registrar os terminais que armazenam metanol.

“Resolução ANP nº XXX, de XX/XX/2017

Estabelece o registro de terminais e dutos de movimentação e armazenamento de metanol.

Considerando a necessidade de obtenção de informações referentes à movimentação e armazenamento de metanol de forma a permitir à ANP o acompanhamento desse produto para fins de combate à adulteração de combustíveis;

Considerando a competência da ANP para regular os produtos utilizados para a adulteração de combustíveis, delimitada pelos parágrafos 3º e 4º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999;

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o registro obrigatório dos dutos e terminais que movimentem metanol, o qual deverá ser obtido nos seguintes casos:

I - operação de novas instalações de movimentação ou armazenamento de metanol;

II - alteração da capacidade de instalações existentes que movimentem ou armazenem metanol;

III – quando ocorrer adaptação, conversão, alteração, reclassificação, regularização ou reativação de instalações existentes que operem ou passem a operar com metanol.

Parágrafo Único: instalações para movimentação e armazenamento exclusivo de metanol em terminais e dutos não estão sujeitas a autorização de construção e operação.

Art. 2º Para obtenção do registro, a empresa deverá encaminhar à ANP:

I - memorial descritivo das instalações, do serviço envolvido, do processo, das capacidades de movimentação e de armazenagem, incluindo dimensões de tanques de armazenagem e dos dutos de movimentação;

II - planta geral de locação, contendo a disposição dos equipamentos, edificações, divisas, arruamentos, instalações de recebimento e entrega de produtos (modais aquaviário, dutoviário, ferroviário e rodoviário), bem como as respectivas cotas, que deverá guardar coerência com o memorial descritivo apresentado para atendimento ao inciso I do presente artigo.

III - cadastro dos dados básicos da instalação, preenchido por meio do sistema disponível no sitio eletrônico [http://www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br/), cujas informações deverão guardar coerência com o memorial descritivo e a planta geral apresentadas para atendimento aos incisos I e II do presente artigo.

IV – Licença de operação do empreendimento expedida pelo órgão ambiental competente;

V - cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, com as respectivas alterações sociais;

VI - comprovante de eleição dos administradores ou diretores, nos casos em que estes não estejam expressamente designados no ato constitutivo;

VII - comprovação de inscrição nas Fazendas Federal e Estadual da matriz e da(s) filial(is) envolvidas na movimentação ou armazenamento de metanol.

Art. 3º A desativação temporária ou permanente de instalações que movimentem ou armazenem metanol deverá ser comunicada a ANP para fins de atualização cadastral.

Art. 4º As empresas operadoras de dutos e terminais de metanol já estabelecidas deverão encaminhar as informações solicitadas nos artigos 2º e 3º para fins de registro em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação desta resolução.

Art. 5º As infrações ao disposto nesta Resolução serão puníveis de acordo com as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETOR-GERAL”

Ressalta-se que deve ser analisada cada proposta de alteração a fim de se avaliar a necessidade de estabelecer prazo de disposição transitória.

Adicionalmente, atendendo solicitação do Diretor, as Superintendências teceram comentários adicionais, constantes do Anexo da presente Nota Técnica, com sugestões de alterações de outros itens de regulamentações vigentes a fim de aprimorar o combate à adulteração de combustíveis por metanol.

## 10. Conclusão:

Ante o exposto, entende-se que há a necessidade de adequação da regulamentação vigente de forma a permitir que a ANP passe a regular o metanol, visando prevenir as adulterações de combustíveis por adição desse produto.

Cabe mencionar que a ANP possui atribuição legal de regular o metanol em função da Lei nº 12.490, 16/09/11, que alterou a Lei nº 9.847, de 26/10/99, que confere à ANP regular os produtos que possam ser usados, direta ou indiretamente, para adulterar ou alterar a qualidade de combustíveis.

O capítulo 9 – Da proposição – apresenta as sugestões de alterações da regulamentação vigente de forma a permitir que a ANP passe a regular as etapas de produção, importação/exportação, armazenamento em terminais, armazenamento em bases e distribuição desse produto, assim como acompanhar a sua movimentação (SIMP) e possuir respaldo legal para aplicação da regulamentação vigente (ANP e Lei das Penalidades).

Adicionalmente, a SFI sugere alterações de outras regulamentações vigentes de forma a fortalecer o papel fiscalizador da Agência, conforme sugestões constantes no Anexo da presente Nota Técnica.

Por fim, cabe mencionar que as referidas alterações de regulamentações devem ser submetidas ao processo de consulta e audiência públicas, com o objetivo de receber sugestões para seu aprimoramento.

# Nota Técnica elaborada por:

**Equipe Técnica**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rita de Cássia Pereira - SFI Bruno Pereira Nascimento - SBQ

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Jader Pires Vieira de Souza - SAB Renato Cabral Dias Dutra - SAB

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ana Beatriz Stepple da Silva Barros - SCM Renata Bona M. Rebello - DIR 1

**Superintendentes:**

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Carlos Orlando Enrique da Silva

# SBQ

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Francisco Nelson Castro Neves

# SFI

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Maria Inês Souza

SAB

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rubens Cerqueira Freitas

SRP

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Cesario Cecchi

SCM

# De acordo:

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

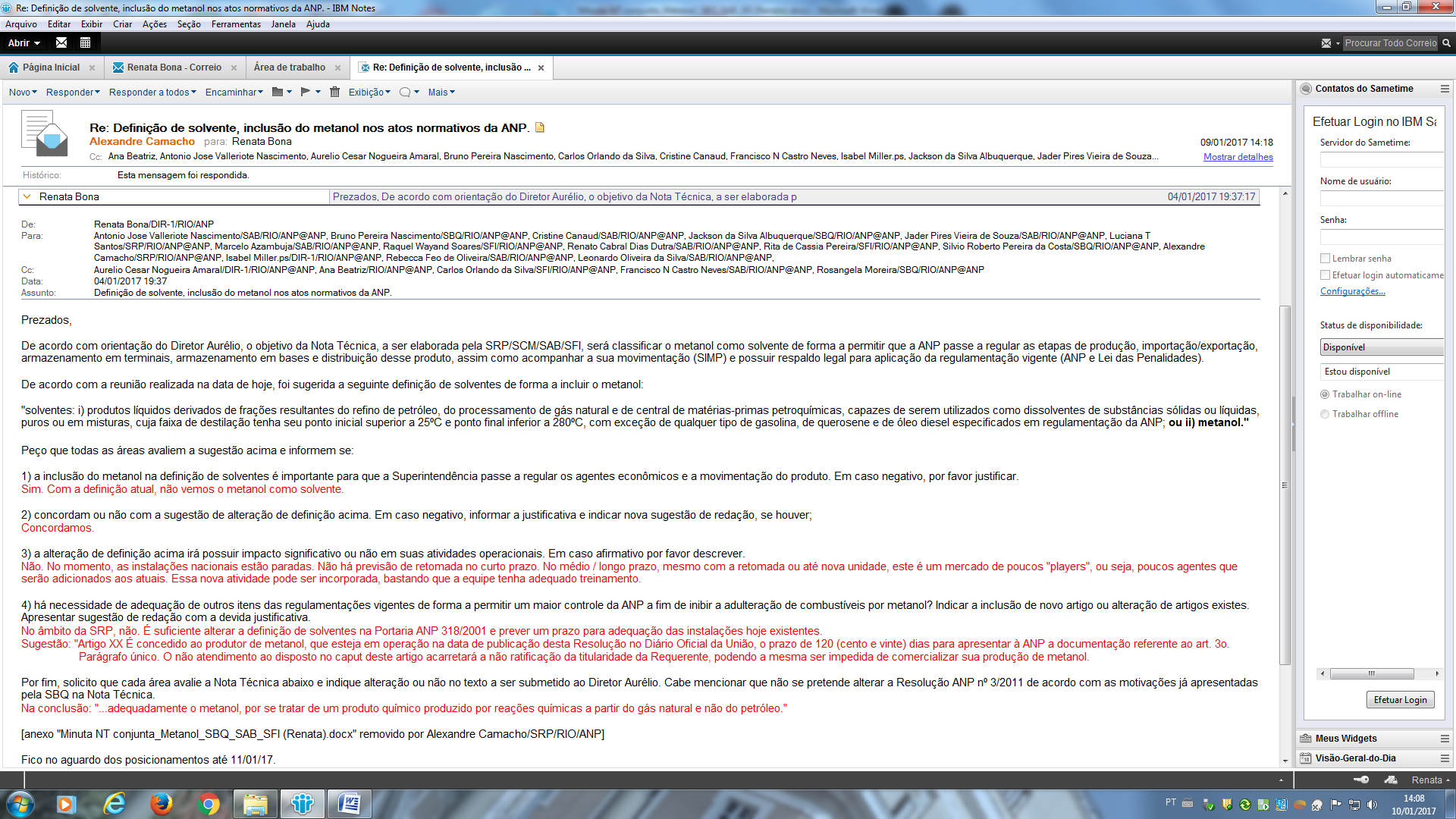
Aurélio Cesar Nogueira Amaral

Diretor 1

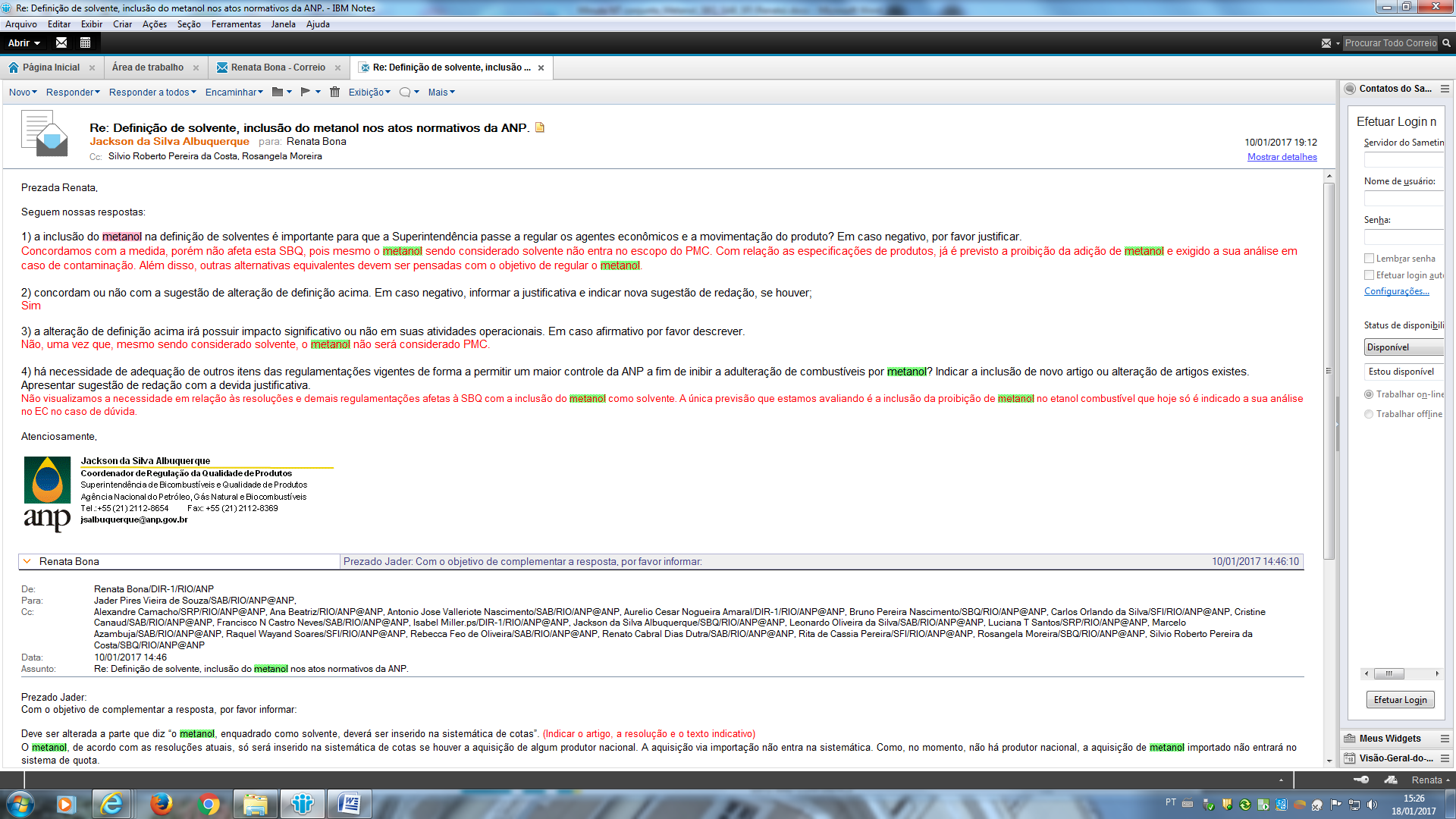
**ANEXO**

POSICIONAMENTO SRP

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

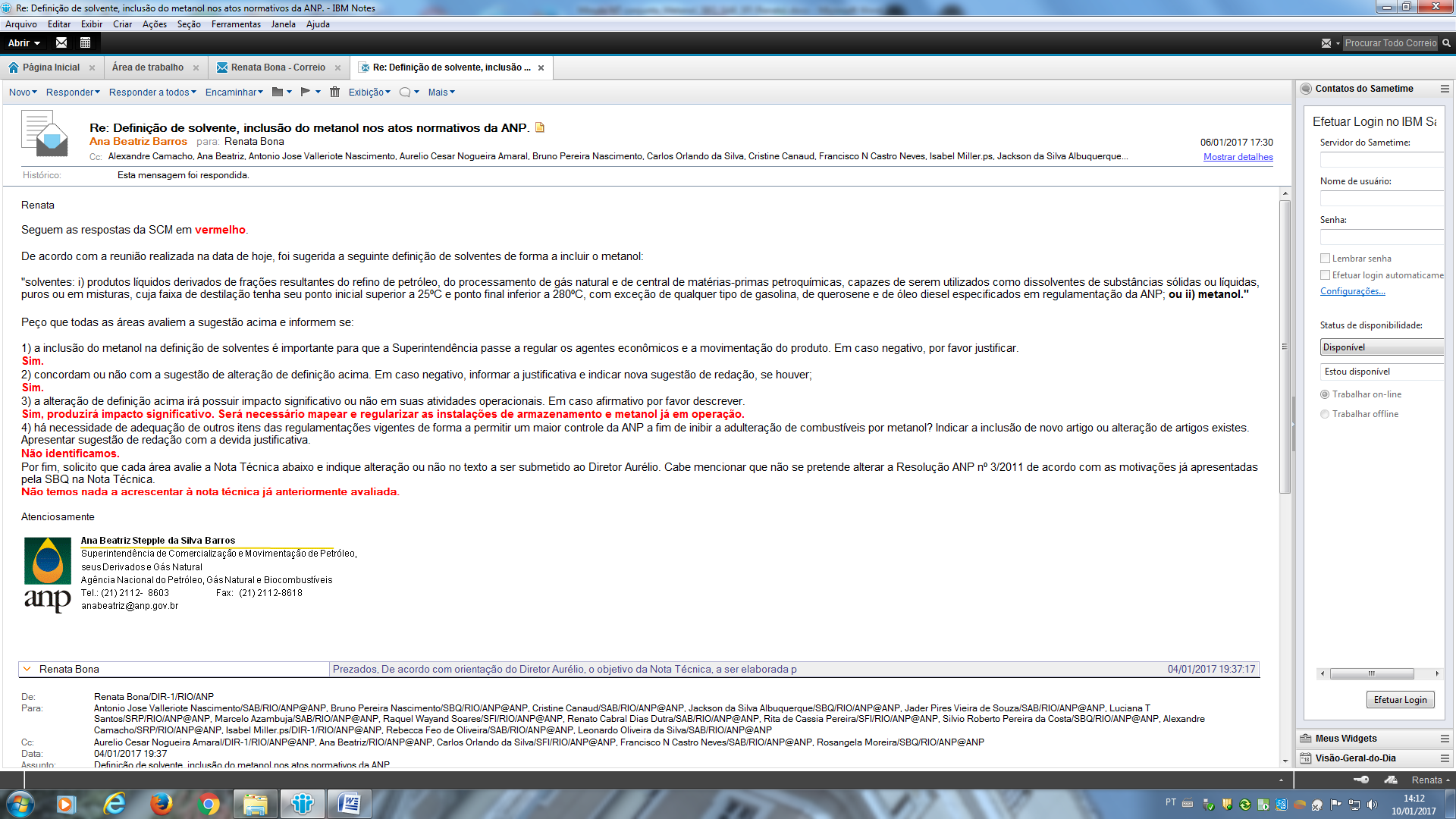


POSICIONAMENTO SBQ



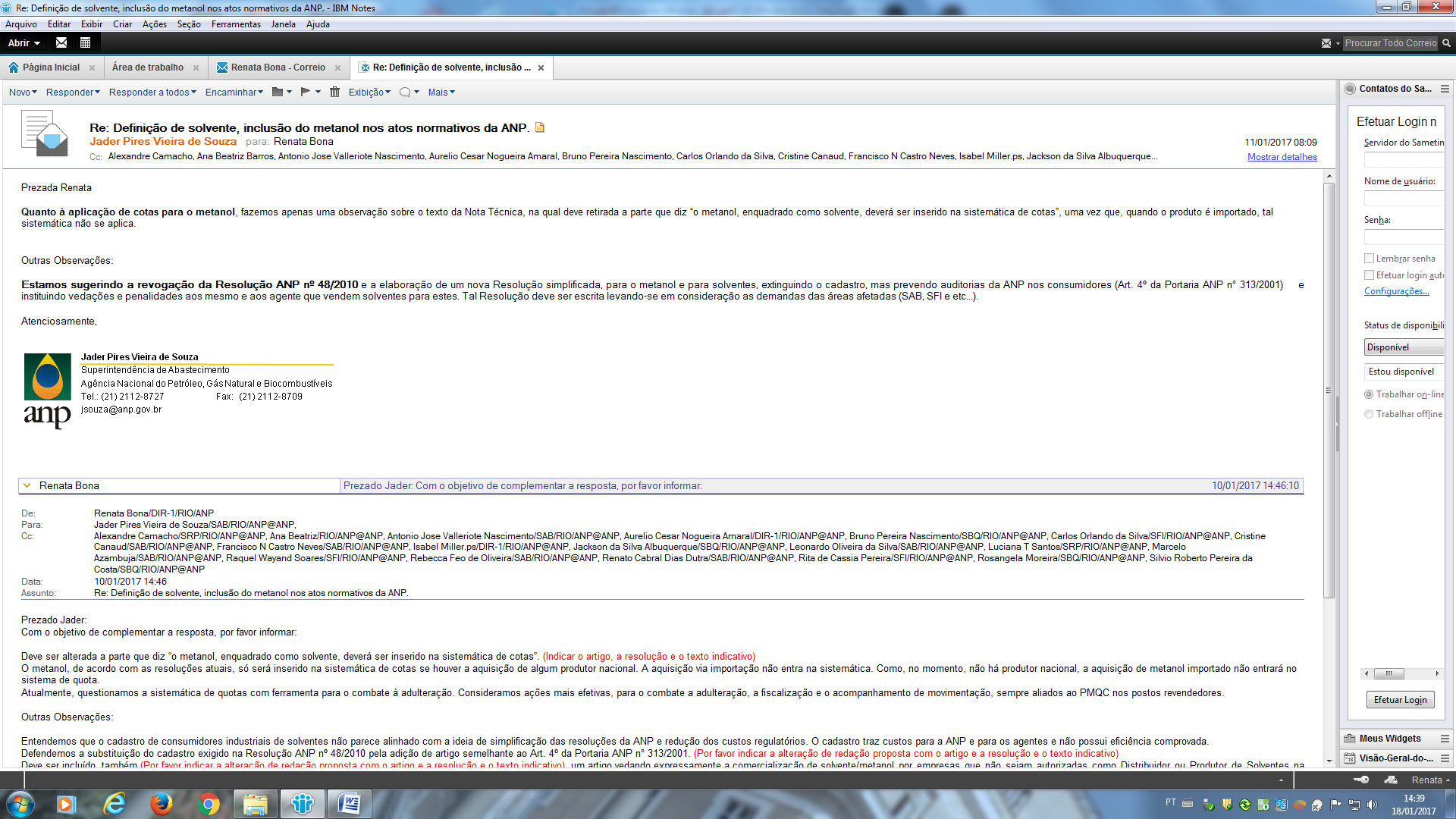
POSICIONAMENTO SCM

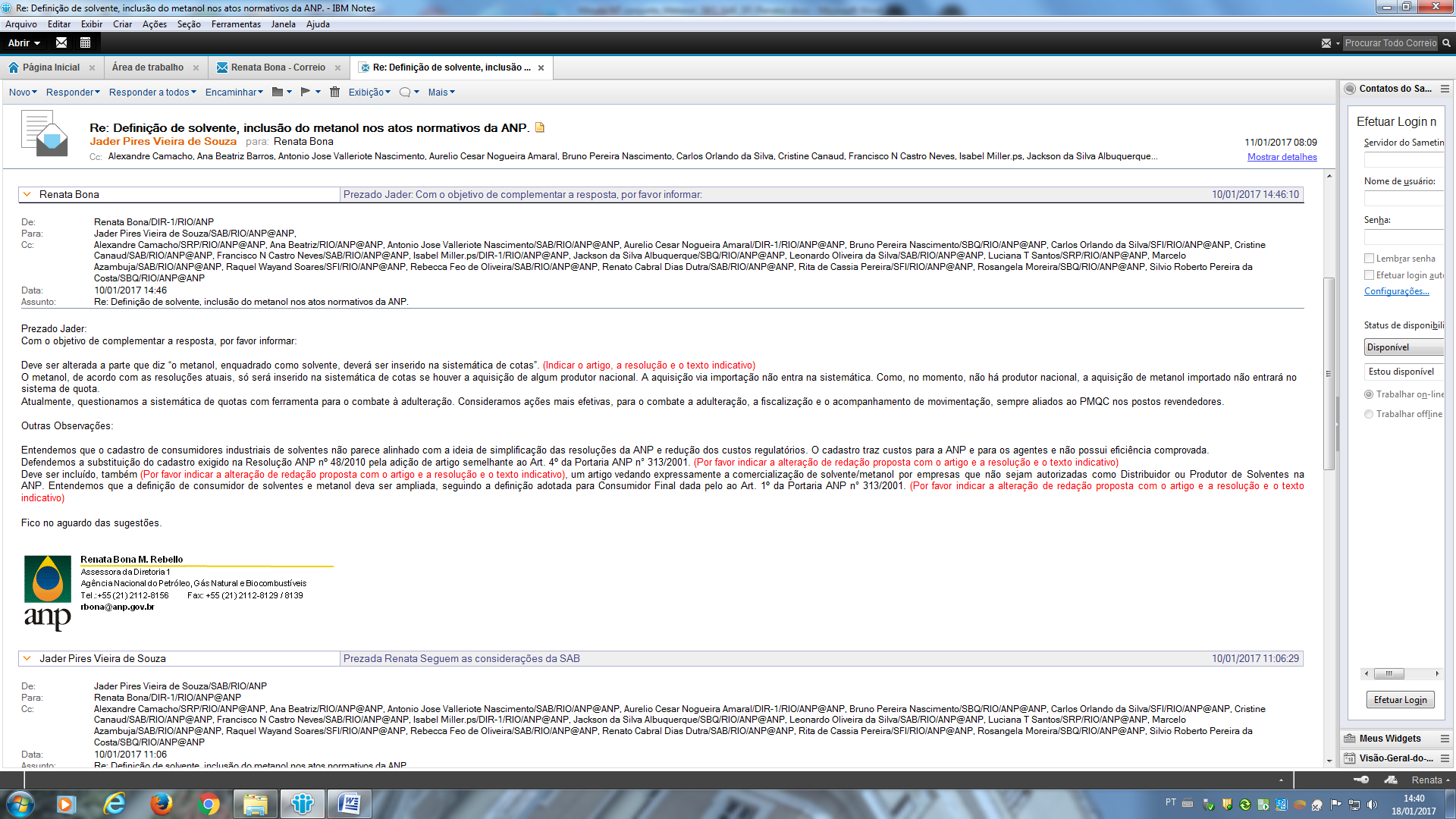
\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_



POSICIONAMENTO SAB

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_





**ARQUIVO DA SAB:**

Prezados,

De acordo com orientação do Diretor Aurélio, o objetivo da Nota Técnica, a ser elaborada pela SRP/SCM/SAB/SFI, será classificar o metanol como solvente de forma a permitir que a ANP passe a regular as etapas de produção, importação/exportação, armazenamento em terminais, armazenamento em bases e distribuição desse produto, assim como acompanhar a sua movimentação (SIMP) e possuir respaldo legal para aplicação da regulamentação vigente (ANP e Lei das Penalidades).

De acordo com a reunião realizada na data de hoje, foi sugerida a seguinte definição de solventes de forma a incluir o metanol:

"solventes: i) produtos líquidos derivados de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural e de central de matérias-primas petroquímicas, capazes de serem utilizados como dissolventes de substâncias sólidas ou líquidas, puros ou em misturas, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene e de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; **ou ii) metanol."**

Peço que todas as áreas avaliem a sugestão acima e informem se:

1) a inclusão do metanol na definição de solventes é importante para que a Superintendência passe a regular os agentes econômicos e a movimentação do produto. Em caso negativo, por favor justificar.

Consideramos ser importante a regulação do metanol em resolução específica.

A SAB entende que deva existir uma regulação própria ou a alteração do escopo das resoluções relativas a solventes existentes, que passariam a incluir o metanol como um outro produto a ser regulado, sem classificá-lo como solvente.

2) concordam ou não com a sugestão de alteração de definição acima. Em caso negativo, informar a justificativa e indicar nova sugestão de redação, se houver;

Caso seja mantida a opção de alteração da definição de solventes, com a inclusão do metanol como solvente, concordamos com a definição.

3) a alteração de definição acima irá possuir impacto significativo ou não em suas atividades operacionais. Em caso afirmativo por favor descrever.

**Coordenação de Distribuição**

Haverá a necessidade de autorizar as empresas que compram e vendem metanol como distribuidores de solventes. Há poucos casos em que essas empresas já possuem autorização.

Coordenação de Movimentações

No caso de haver produtor nacional de metanol, os consumidores de metanol (grande número de agentes) deverão ser cadastrados como consumidores industriais.

No momento todo metanol destinado ao mercado nacional é importado.

Haverá obrigatoriedade de cobrança de SIMP para toda a movimentação de metanol. Embora atualmente essa cobrança seja realizada, devido a um entendimento informal de tratar metanol como solvente, com a alteração da definição de solventes tal gestão da informação passará a ser mandatória.

Coordenação de Comércio Exterior

Haverá impacto reduzido nas atividades operacionais, visto que a gestão do metanol é mandatória por meio das anuências de importação da NCM do metanol por parte da ANP. Adicionalmente, a cobrança do SIMP para declaração das importações e das vendas de metanol por importadores é mandatória, nos termos da Resolução ANP nº 17/2004, que obriga que importadores declarem SIMP de todos os produtos importados.

4) há necessidade de adequação de outros itens das regulamentações vigentes de forma a permitir um maior controle da ANP a fim de inibir a adulteração de combustíveis por metanol? Indicar a inclusão de novo artigo ou alteração de artigos existes. Apresentar sugestão de redação com a devida justificativa.

Há a necessidade de haver uma vedação expressa à comercialização de metanol por parte dos consumidores. O Artigo 8º da Resolução ANP 48/2010 deixa em aberto essa possibilidade.

Por fim, solicito que cada área avalie a Nota Técnica abaixo e indique alteração ou não no texto a ser submetido ao Diretor Aurélio. Cabe mencionar que não se pretende alterar a Resolução ANP nº 3/2011 de acordo com as motivações já apresentadas pela SBQ na Nota Técnica.

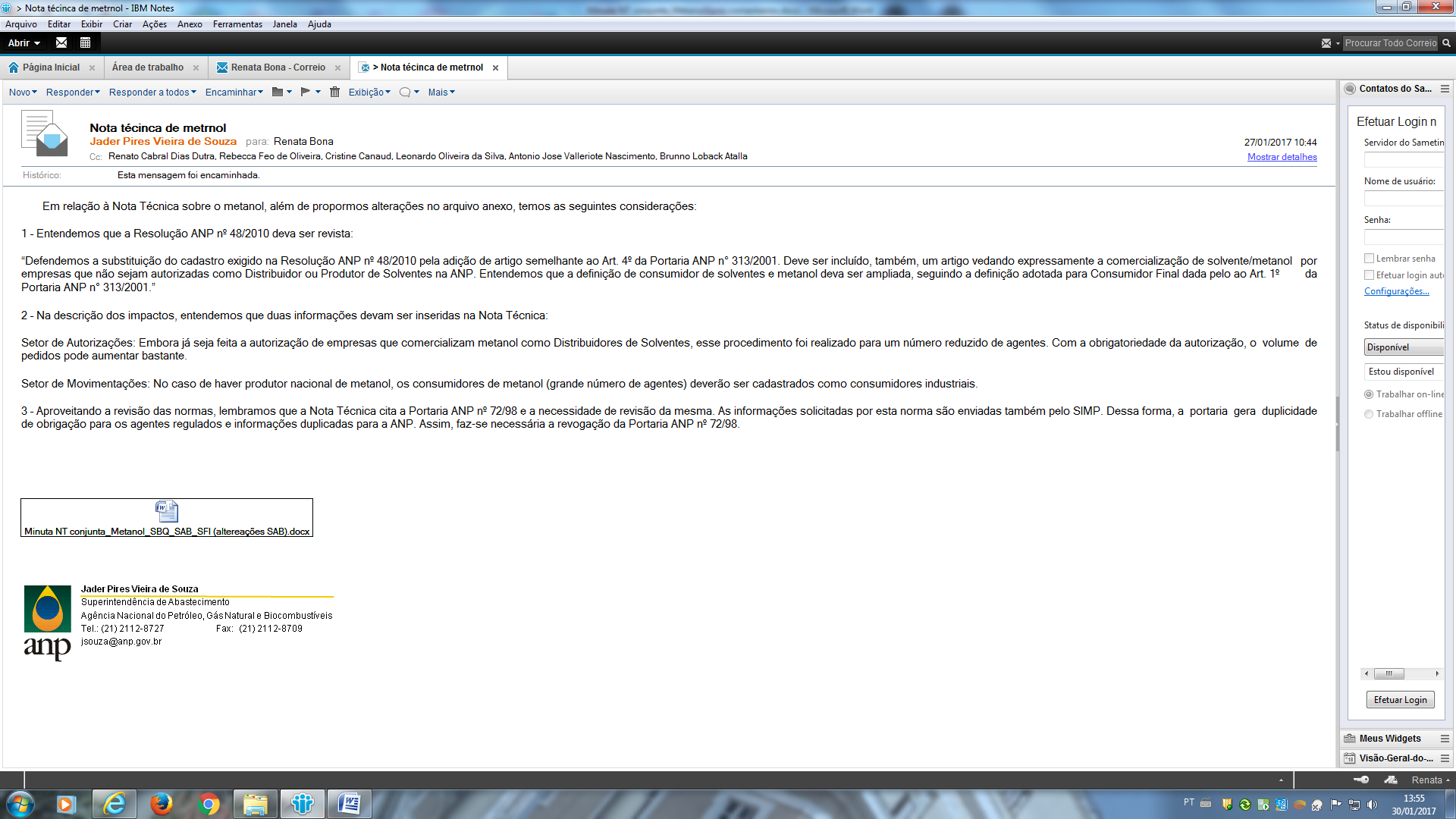
Deve ser alterada a parte que diz “o metanol, enquadrado como solvente, deverá ser inserido na sistemática de cotas”. O metanol, de acordo com as resoluções atuais, só será inserido na sistemática de cotas se houver a aquisição de algum produtor nacional. A aquisição via importação não entra na sistemática. Como, no momento, não há produtor nacional, a aquisição de metanol importado não entrará no sistema de quota.

Atualmente, questionamos a sistemática de quotas com ferramenta para o combate à adulteração. Consideramos ações mais efetivas, para o combate a adulteração, a fiscalização e o acompanhamento de movimentação, sempre aliados ao PMQC nos postos revendedores.

Outras Observações:

Entendemos que o cadastro de consumidores industriais de solventes não parece alinhado com a ideia de simplificação das resoluções da ANP e redução dos custos regulatórios. O cadastro traz custos para a ANP e para os agentes e não possui eficiência comprovada.

Defendemos a substituição do cadastro exigido na Resolução ANP nº 48/2010 pela adição de artigo semelhante ao Art. 4º da Portaria ANP n° 313/2001. Deve ser incluído, também, um artigo vedando expressamente a comercialização de solvente/metanol por empresas que não sejam autorizadas como Distribuidor ou Produtor de Solventes na ANP. Entendemos que a definição de consumidor de solventes e metanol deva ser ampliada, seguindo a definição adotada para Consumidor Final dada pelo ao Art. 1º da Portaria ANP n° 313/2001.



A consolidação do entendimento do metanol como solvente terá impacto em três áres da SAB: autorizações, movimentações e importações.

Para o setor de autorizações: É um novo mercado. A SAB desconhece a quantidade de agentes que comercializam metanol e que deverão ser autorizados. Até o momento poucos agentes procuraram se cadastrar por comercializar metanol.

Para o setor de movimentações: Atualmente, os distribuidores de solventes já declaram as movimentações de metanol. Com o entendimento institucional de que o metanol deve ser tratado como solvente, o setor de movimentações terá mais força para cobrar e auditar os dados declarados, melhorando a qualidade dos dados disponíveis para a agência.

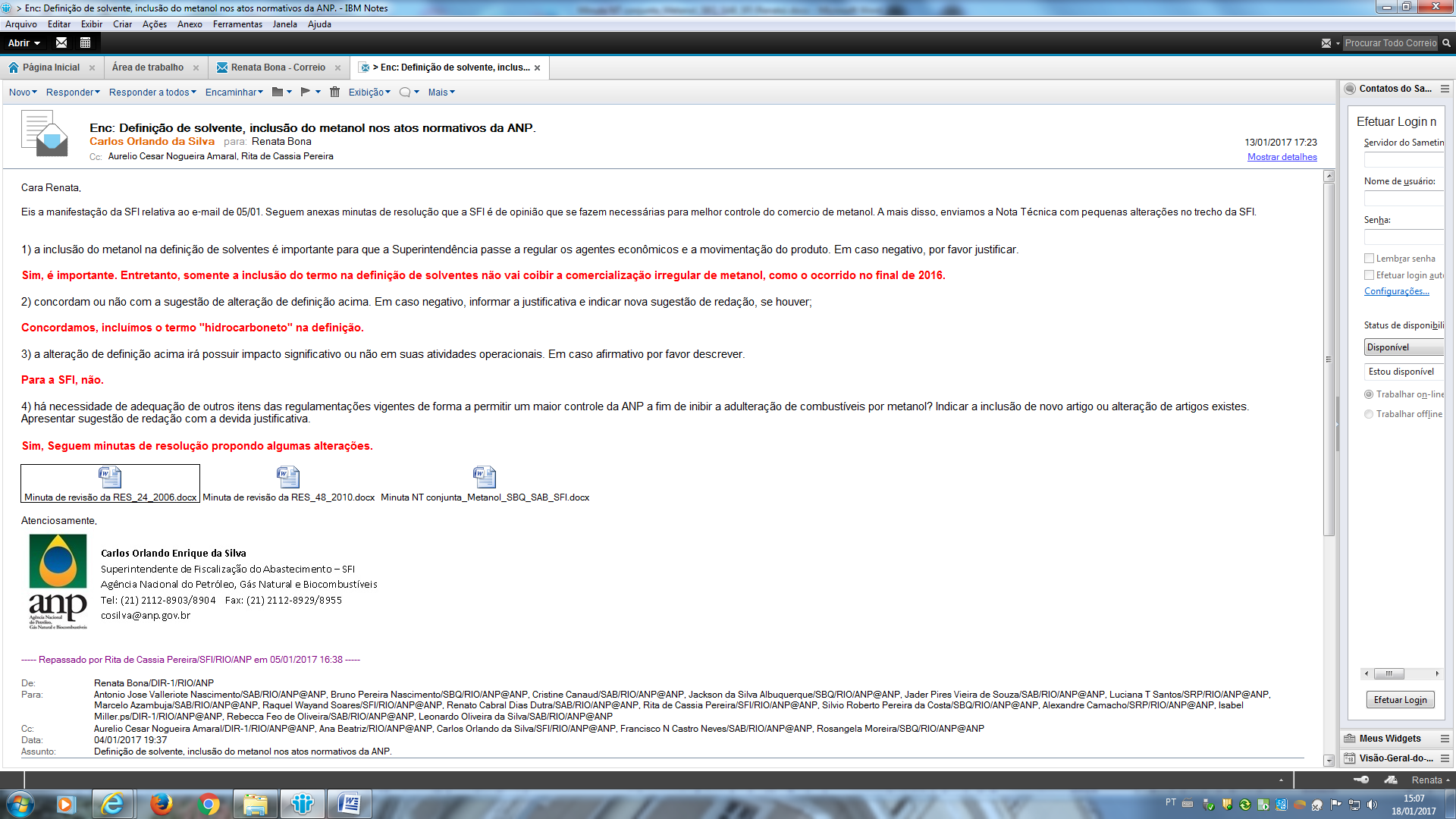
Em relação à sistemática de quotas para solventes, hoje o metanol não faz parte dos produtos que estão sob esse tipo de controle. A Portaria ANP nº 63/99 e a Resolução ANP nº 48/10 estabelecem a obrigação, por parte da ANP, de homologar as quotas referentes às aquisições de solventes feitas pelos Distribuidores junto aos produtores nacionais e pelos Consumidores Industriais diretamente das fontes produtoras nacionais, refinarias e petroquímicas.

Cabe mencionar, que nos últimos anos os agentes regulados adquirem a maior parte do metanol via importações, sendo o restante adquirido da Metanor, que, até a presente data, não é agente regulado pela ANP. Dessa forma, o metanol decorrente de produção nacional deverá sem inserido na sistemática de cotas, após a autorização do produtor nacional, por meio de revisão da Portaria ANP nº 63/99, da Resolução ANP nº 48/10 e da Portaria ANP nº 72/98.

Caso haja produção nacional de metanol, os consumidores desse produto (grande número de agentes) deverão ser cadastrados como consumidores industriais, para que possam adquirir diretamente do produtor.

Em alinhamento com as orientações da diretoria da ANP, recomendamos a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de revogar/substituir a Resolução ANP nº 48/2010, para que os mecanismos de controle estejam centrados no acompanhamento da movimentação, eliminando procedimentos meramente burocráticos e aumentando a eficiência de nossas ações.

POSICIONAMENTO SFI



RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE XX.XX.2017

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 6 de agosto de 1997, e com base na Resolução de Diretoria nº XXX, de XX de XXXX de 2017, e

 Considerando que compete à ANP a regulação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis e do abastecimento nacional de combustíveis;

Resolve:

**Art. 1º** Ficam alterado o inciso IV e incluídos os incisos V, VI e VII do art. 2º da Resolução ANP nº 24, de 6 de setembro de 2006, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“IV - solventes: a) hidrocarboneto derivados de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural e de indústrias petroquímicas, capazes de serem utilizados como dissolventes de substâncias sólidas ou líquidas, puros ou em misturas, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene e de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou b) metanol;

V - consumidor industrial de solvente: pessoa jurídica cadastrada na ANP que adquire solventes de fornecedor como matéria-prima para uso em seu processo produtivo, cujo produto final seja industrializado, nos termos da Resolução ANP nº 48, 15 de dezembro de 2010, ou outra que venha substituí-la;

VI - fornecedor: produtor, distribuidor ou importador de solventes autorizados pela ANP;

VII - produto industrializado: o resultante de qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, nos termos do Decreto nº [7.212](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Dec%207.212%20-%202010), de 15 de junho de 2010;

***Justificativa: introduzir o metanol como solvente e definir termos que serão utilizados na regra de comercialização do metanol.***

**Art. 2º** Fica incluído o parágrafo 9º no art. 12 da Resolução ANP nº 24, de 6 de setembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 9º Poderão ser exigidas, em função dos riscos inerentes aos solventes a serem distribuídos, documentos e autorizações de outros Órgãos Públicos, municipais, estaduais e federais.”

***Justificativa: há estados em que a polícia civil emite anuência para a comercialização de metanol. Com a inserção de tal dispositivo, a ANP poderá exigir tal documento. Hoje, já poderia, mas é importante ter um dispositivo específico.***

**Art. 3º** Fica incluído o art. 20 A na Resolução ANP nº 24, de 6 de setembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 20 A.** O distribuidor de solventes só poderá comercializar solventes com outro distribuidor de solventes, autorizado pela ANP, com consumidor industrial de solventes ou com consumidor industrial.”

“§ 1º Para a comercialização de metanol, tanto o consumidor industrial de solvente quanto o consumidor industrial deverão ser cadastrado na ANP, conforme Resolução ANP nº 48, 15 de dezembro de 2010, ou outra que venha substituí-la.

§ 2º É vedada a comercialização de metanol por consumidores de que trata o *caput* deste artigo.

***Justificativa: estabelecer quais agentes econômicos o distribuidor de solvente pode comercializar o produto e posterior responsabilização no caso de comercialização incorreta.***

DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA

RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE XX.XX.2017

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 6 de agosto de 1997, e com base na Resolução de Diretoria nº XXX, de XX de XXXX de 2017, e

 Considerando que compete à ANP a regulação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis e do abastecimento nacional de combustíveis;

Resolve:

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam estabelecidos, pela presente Resolução, os requisitos para cadastramento e os procedimentos para envio de dados à ANP para: a) o consumidor industrial de solventes com a finalidade de aquisição de solventes junto ao produtor; e b) consumidor industrial de solventes e consumidor industrial, nos termos da Resolução ANP nº 24, 6 de setembro de 2006, ou outra que venha a substituí-la, com finalidade de aquisição de metanol de produtor, importador e/ou distribuidor.”

***Justificativa: incluir o cadastro de consumidores para aquisição de metanol.***

**Art. 2º** Ficam alterado o inciso VII e incluído o VIII no art. 2º da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ VII - solventes: a) hidrocarboneto derivado de frações resultantes do processamento de petróleo, de gás natural, de frações de indústrias petroquímicas, passível de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puro ou em mistura, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial de ebulição superior a 25ºC e ponto final de ebulição inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, querosene de aviação ou óleo diesel especificados pela ANP; ou b) metanol.

VIII - consumidor industrial: pessoa jurídica que adquire solventes como insumo para uso em seu processo industrial, não obtendo como produto final outros tipos de solventes, nos termos da Resolução ANP nº 24, 6 de setembro de 2006 ou outra que venha a substituí-la;”

***Justificativa: incluir termos que serão utilizados para estabelecer as regras para o cadastro de consumidores para aquisição de metanol.***

**Art. 3º** Fica alterado o art. 3º da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** O cadastramento do consumidor industrial de solventes e do consumidores industrial deverá ser efetuado mediante o envio dos seguintes documentos à ANP:”

***Justificativa: cadastrar os agentes econômicos interessados em comercializar metanol.***

**Art. 4º** Ficam alterado o parágrafo único para §1º e incluído o §2º no art. 5º da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§2º Para a comercialização de metanol, os produtores, importadores e distribuidores somente poderão comercializar com consumidor industrial e com o consumidor industrial de solventes cadastrados na ANP, conforme relação disponível no endereço eletrônico [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br/), observado o volume mensal homologado pela ANP.”

**Art. 5 º** Fica incluído nos artigos 6º, 9º, 10 e 14 da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, o termo “e consumidor industrial” após o termo “consumidor industrial de solvente”.

**Art. 6º** Fica inserido o art. 8ºA na Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 8ºA** É vedada a comercialização de metanol adquirido junto ao produtor, importador e/ou distribuidor por consumidor industrial de solvente ou consumidor industrial.”

***Justificativa: definir regra de comercialização.***

**Art. 7º** Fica excluído o parágrafo único e alterado o *caput* do art. 11 da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 11.** Fica concedido ao consumidor industrial de solventes e ao consumidor industrial em operação o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, para atendimento ao art. 3º desta Resolução.

**Art. 8º** Fica alterado o parágrafo único do art.1º da Portaria ANP nº 312, de 27 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único: considera se solvente, para fins desta Portaria: a) hidrocarboneto derivado de frações resultantes do processamento de petróleo, de gás natural, de frações de indústrias petroquímicas, passível de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puro ou em mistura, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial de ebulição superior a 25ºC e ponto final de ebulição inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, querosene de aviação ou óleo diesel especificados pela ANP; ou b) metanol.”

**Art. 9º** Fica revogado o art. 9º da Portaria nº 312, de 27 de dezembro de 2001.

***Justificativa: A Agência conhecer qual agente econômico está importando solvente.***

DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA

1. NCM: *Nomenclatura Comum do Mercosul* [↑](#footnote-ref-1)
2. Vide Nota Técnica nº 06/2010/CPT [↑](#footnote-ref-2)